

Os usos do crack nas ruas de nossas cidades

Heitor Frúgoli Jr.¹

Os conflitos sociais ligados à pobreza, marginalidade e vulnerabilidade têm constituído forte tônica dos estudos urbanos que integram as ciências sociais brasileiras. Isso remonta a tudo o que já foi pesquisado sobre os *favelados*, num período em que tais lugares, cada vez mais heterogêneos, têm sido submetidos, no contexto carioca, a crescentes intervenções de distintas ordens – urbanização, regularização e maior controle através das UPPs – enquanto em São Paulo se registra uma forte ocupação de sua área de mananciais (Valladares, 2005; Machado da Silva, 2008; Mello *et al.*, 2012; Pasternak, 2013).

Há também os movimentos dos *sem-teto*, cuja luta política pelo direito à moradia digna perdura através de ações coletivas arrojadas, que redesenham, através de ocupações estratégicas de prédios vazios ou abandonados, tanto a cidade quanto o próprio poder público, alvo de suas reivindicações (Aquino, 2009; Paterniani, 2013).

Poder-se-ia falar, da mesma forma, sobre os *agentes culturais das áreas periféricas*, cujos coletivos reinventam, com base na matriz inicial do hip-hop, várias representações do próprio espaço ou entorno onde se inserem, bem como suas identidades étnicas, de gênero ou geracionais.²

Ainda no universo de nossas periferias, várias abordagens têm se voltado em São Paulo para papéis desempenhados pelos *traficantes* que, para além da economia da droga em que estão imersos, paradoxalmente instalam uma espécie de controle da violência, em ações com alguma proximidade ao mundo dos *presos e encarcerados*, cujas experiências prisionais extravasam e reverberam por todo o tecido social (Feltran, 2011; Biondi, 2010).

Já num olhar mais atento às ruas e praças em sua dimensão cotidiana, para além dos milhares de transeuntes em suas circulações regulares, e sem esgotar sua pluralidade, pode-se mencionar os *camelôs*, atores sociais de longa data, que se renovam constantemente na capacidade de criar espaços para práticas populares de compra e venda de várias mercadorias, inseridas em circuitos cada vez mais amplos, mas que enfrentam agenciamentos de controle crescentemente estruturados (Frúgoli Jr., 1995; Silva, 2011; Hirata, 2014).

1 Professor Livre-docente do Departamento de Antropologia da USP e coordenador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC).

2 Recentemente coordenei, no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, o ciclo de *debates Significados da periferia nas práticas e produções culturais* (ver detalhes em <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/significados-da-periferia-nas-praticas-e-producoes-culturais>, acesso em: 15 jul. 2015).

Chegaríamos aos agrupamentos de *homens, mulheres e meninos(as) de rua*, que imersos numa considerável vulnerabilidade, lutam por fazer valer certos valores morais de conduta em meio a diversas práticas de *viração*, em suas relações ambíguas com os albergues, que constituem a principal forma de acolhimento público, além de parcelas que aderem a movimentos políticos em sua defesa, em articulações com os *catadores de materiais recicláveis* (Gregori, 2000; Miziara, 2001; Rosa, 2005; De Lucca, 2007; Frehse, 2013).

Justapostos ao contexto logo acima delineado – e a partir daqui aportamos no tema mais preciso dessa resenha – embora com características peculiares, figuram os *usuários de crack* pelas ruas, também conhecidos popularmente em São Paulo como *noias*,³ imersos numa forte deriva, e que apesar de uma série de estratégias territoriais para a obtenção de seus objetivos, encarnam um devir pouquíssimo promissor ou heroico. Não é por outra razão que Maria Filomena Gregori, autora de pesquisa sobre meninos de rua do centro de São Paulo (2000) afirma, na orelha do livro *Nas tramas do crack* (de Taniele Rui), que “Há duas décadas e meia, o crack aportou em cenário brasileiro e sua disseminação configura a expressão máxima e contemporânea dos nossos problemas sociais” (grifos meus).

Se vários atores sociais até aqui mencionados sofrem de representações que lhe conferem em geral pouca subjetividade ou agência, no caso de tais usuários de crack, isso parece atingir para alguns um grau limítrofe, como se tivessem perdido quaisquer traços de humanidade. Esse é aliás um dos aspectos cruciais enfrentados pelo livro de Taniele Rui, fruto de uma pesquisa etnográfica de longo prazo sobre o tema, para a escrita da tese de doutorado na Unicamp, que lhe rendeu o Prêmio Capes de 2013. Logo na introdução, há uma abordagem crítica sobre a forma como a grande imprensa costuma lidar com tais agentes, cujas matérias já trouxeram frases como “eles não são doentes, são a própria doença em pessoa” ou “eles perdem todos os traços de humanidade” (p. 16), reforçando certa ideia disseminada de integrarem um “reino dos zumbis” (p. 362).⁴ Configura-se de imediato a necessidade de uma atitude epistemológica a respeito de nossas próprias percepções simbólicas e morais sobre higiene, cuidados pessoais e uso de substâncias ilícitas, condições iniciais de problematização que permitam um acesso etnográfico à alteridade de tais sujeitos (p. 17-23).

3 Termo que, tudo indica, deriva do sentimento de paranoia ligados aos efeitos da droga, ou da fissura decorrentes das sensações muito fugazes da substância.

4 Tema que foi inclusive abordado, quando do debate ligado ao lançamento de livro da autora na ONG Ação Educativa (ver, a respeito, De Lucca, abril/2015).

Tal como especificado no posfácio de Simone Frangella (p. 367-371), que já pesquisou os moradores de rua em São Paulo (2009), uma senda significativa explorada por Taniele Rui passa pela articulação entre a *corporalidade* de tais agentes e a sujeição a uma forte *abjeção* – “condição cuja apreensão visual e sensorial imediata seria redutora da complexidade das experiências corporais nela sintetizadas” (p. 368). Eles se apropriam regularmente de certos espaços da cidade, que tendem a se tornar “geografias de exceção”: “São corpos e lugares sujeitos à negação de sua existência e constituem o reverso da moeda nas relações de poder, sendo, assim, passíveis da intervenção política” (p. 369).

À luz desses enquadramentos, Taniele Rui explora num capítulo específico, intitulado “Alteridades corporais” (p. 277-332), as observações etnográficas sobre o que os usuários de crack dizem a respeito de seus próprios corpos, e sobre como elaboram afastamentos e aproximações situacionais quanto à rotulação de “noia(s)” – antes de tudo uma categoria de acusação, embora incorporada no âmbito das considerações morais que tais agentes acionam em suas próprias interações, seja com outros usuários de crack, seja com aqueles externos a tais práticas.

Nas suas palavras, “venho mostrando que o *noia*, tomado externamente como abjeto, é limite de uma série de relações, produto e produtor de várias e diferentes gestões. Atiça e se submete a disputas terapêuticas [...]. Demanda e tolera ingerências do tráfico de drogas [...]. Incita e padece de intervenções urbanas, ora repressivas, ora assistenciais [...]. Meu principal argumento [...] é o de que não é possível pensar em todo esse efeito público e político sem levar em conta o fato de que ele se liga intimamente à rejeição ou a comiseração diante de uma corporalidade específica, que materializa um tipo social, uma pessoa, que, por sua vez, nos obriga a refletir acerca dos limites da experiência humana” (p. 279, grifo da autora).

Se a abjeção corporal, portanto, deve ser entendida, quando incorporada por tais sujeitos, não apenas como falta de limpeza ou de higiene, mas sobretudo uma ambiguidade constitutiva, que embaralha certos sistemas classificatórios e construções identitárias mais estáveis (Douglas, 1976 [1970]; Kristeva, 1980) (p. 316-317), é preciso também atentar, como faz a autora no capítulo seguinte, sob o sugestivo título “Não é (só) um cachimbo” (p. 333-353), como tal artefato de consumo do crack e os significados a ele atribuídos permitem apreender uma série de aspectos pertinentes sobre políticas de saúde pública e de repressão policial.

Nesse caso, tais cachimbos, confeccionados de distintas formas e materiais (antenas de carro, canos de PVC, isqueiros, lâmpadas, folhas de alumínio, pedaços de bambu etc.), cujos formatos variam conforme o contexto (mais elaborados em locais menos acessíveis, mais descartáveis e

comercializáveis em locais de maior trânsito e abordagem), podem ser: investidos de nomes pelos usuários (algo que se justapõe ao seu caráter instrumental); contrapostos por cachimbos de madeira, mais higiênicos (propostos pelos agentes redutores de danos, que evitam queimaduras labiais, por onde se transmite muitas doenças); apreendidos pelos policiais (tanto os produzidos pelos usuários, quanto aqueles de madeira, encarados como incentivos ao consumo); partilhados com outros usuários (com a transmissão de várias doenças, como hepatite ou herpes); por fim, mediadores nas interações da antropóloga com tais sujeitos, cujos diversos significados atribuídos ao próprio cachimbo podem revelar bem mais do que a difícil reconstituição de suas trajetórias de vida.

Apresentado na introdução como “experimento analítico” (p. 26), tal capítulo se revela um intento muito bem-sucedido como recurso metodológico, assinalado pela atenção concentrada nesses objetos mediadores, “emblemas metonímicos da ‘marginalidade urbana’”, que tornam visíveis “as cenas de uso, a criação de um mercado, o dilema moral presente na sua distribuição e no próprio consumo de crack, o trânsito de saberes entre os profissionais de saúde progressistas e os usuários, os diversos atores envolvidos em tais dinâmicas, a busca de direitos políticos, as fronteiras móveis entre pessoas e coisas e, mais que tudo, a ameaça sempre presente da violência física e simbólica” (p. 352).

É também importante reconstituir a construção desse contexto etnográfico ao longo do tempo, que culminou no presente livro, e que se desdobra na exploração de novas searas. Como mostra o prefácio de Heloísa Pontes (p. 9-14), que orientou as investigações de Taniele Rui desde a iniciação científica, embora o crack não fosse seu principal interesse inicial, esse se impôs empiricamente, a partir de uma pesquisa com “meninos de rua”, que anteriormente a 2007 já falavam de várias formas sobre o interesse pelo seu consumo e comércio, antes de o assunto ganhar uma maior ressonância pública posterior (p. 12).

Isso a levou a investigar o uso e os usuários de crack a partir da escolha pelo acompanhamento de agentes ligados à perspectiva da redução de danos, com considerações prévias quanto às decorrências de tal opção, de toda forma propiciadora de observações recorrentes e ligadas a interações bastante baseadas na construção de vínculos, trocas e escutas. Algo que imprime uma contribuição fundamental à pesquisa quando comparada a outras atuações existentes, em geral baseadas em intervenções mais contundentes no modo de vida de tais sujeitos, como as de caráter religioso, fundadas na necessidade da conversão, ou mesmo aquelas do poder público que se articulam à necessidade da internação (Spaggiari *et al.*, 2012; Fromm, 2014), aspectos esses elaborados de forma sistemática na parte 1, intitulada “Antropologia, saúde

e política” (p. 33-127).⁵ Nessa seção também são tratados os principais desafios da prática da redução de danos, um campo nascido no enfrentamento da AIDS no início dos anos noventa, e ainda bastante ligado à atuação no âmbito das ONGs, com todos os prós e contras decorrentes.

A partir do contato com o Programa de Redução de Danos de Campinas (SP),⁶ Taniele Rui empreendeu uma pesquisa em lugares liminares de tal cidade – beiras de estradas de ferro, bairros precários e mocós⁷, abordados detidamente no cap. 3, “A famosa boca do Paranapanema”. Tais experiências impactantes e de grande aprendizado foram seguidas por uma pesquisa mais sistemática na chamada “cracolândia”, na região da Luz, em São Paulo, onde se condensa ainda hoje a maior densidade e visibilidade sobre o uso do crack nas ruas numa escala nacional, dessa vez a partir de um contato com a ONG É de Lei,⁸ que desenvolve ali um trabalho de longo prazo, também ligado à redução de danos, e que já auxiliou outros pesquisadores ligados ao tema.⁹

Tanto em Campinas quanto em São Paulo, Taniele Rui buscou articular sincronicamente, durante seu trabalho de campo, os temas da territorialidade, sociabilidade e corporalidade abjeta (p. 25), sendo que na “cracolândia” teve que enfrentar novos desafios, ligados à densidade de processos ali existentes, “para onde migram centenas de usuários, traficantes, jornalistas, pesquisadores, policiais, instituições religiosas e assistenciais e serviços médicos. Também para esse espaço voltam-se interesses políticos e imobiliários, repressivos e humanitários, compondo uma dinâmica caótica, de difícil compreensão” (p. 26). A rica pesquisa de tal contexto é narrada em detalhes no capítulo “Cimento não cura crack”¹⁰: enfrentamentos urbanos” (p. 201-268) e traz aspectos referenciais tanto para os estudiosos quanto aos demais interessados pelo assunto.

Como já é de conhecimento público, a chamada “cracolândia” tem sido alvo de uma série de intervenções de várias ordens, que redefinem sua conformação e complexidade. No início de 2012, a tentativa de expulsar os usuários de crack dali a todo custo – durante a chamada Operação “Sufoco” ou “Dor e Sofrimento” – trouxe à tona, dentre vários temas dramáticos, a polêmica das internações involuntárias, levou a novas dispersões territoriais dos usuários de crack, ensejou articulações de ativistas

5 Taniele Rui também recorre a comparações com comunidades terapêuticas pesquisadas durante seu mestrado.

6 Para mais detalhes, ver <http://prdcampinas.blogspot.com.br/>, acesso em: 15 jul. 2015.

7 No caso, espaços fechados e escondidos para o consumo de crack.

8 Ver, a respeito, <http://edelei.org/home/>, acesso em 15 jul. 2015.

9 Sem esgotar os nomes, ver Frúgoli e Spaggiari (2010), Gomes e Adorno (2011), Adorno *et al.* (2013).

10 Frase politicamente usada várias vezes contra as intenções do Projeto Nova Luz (p. 264).

de direitos humanos contra a violência policial, bem como investigações do Ministério Público Estadual sobre critérios e práticas das operações policiais então em andamento.

A partir de 2014, a área em questão passou a ser abrangida por dois programas do poder público, “De Braços Abertos” (Prefeitura) e “Recomeço” (Governo Estadual), assinalados por concepções distintas quanto ao enfrentamento da questão do uso do crack. Configurou-se uma concentração significativa desses usuários nas proximidades dos equipamentos de ambos os programas, curiosamente chamada de “fluxo”, e novos desafios práticos e analíticos têm emergido, um deles a transformação problemática (por parte da polícia) dos usuários de crack, sobretudo daqueles que não aderem aos programas existentes, em pequenos traficantes (Rui *et al.*, 11/2/2014), configurando-se novas articulações desafiadoras entre o mundo do crack, das ruas, dos albergues, dos hotéis de atendimento e também das prisões – delineados no início dessa resenha.

Tal contexto, que combina mudanças com permanências de longo prazo, continua sob a observação etnográfica de Taniele Rui,¹¹ que além de ter nos proporcionado seu ótimo livro, certamente prosseguirá com novas e instigantes reflexões, algo que em geral ocorre com autores(as) de obras referenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Rubens C. F. *et al.* Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. Saúde & Transformação Social. Florianópolis: UFSC, vol. 4, 2013.
- AQUINO, Carlos R. F. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2009.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2010.
- DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2007.
- DE LUCCA, Daniel. *Livro retrata as tramas do crack*. O Trecheiro: notícias do povo da rua. São Paulo: abril de 2015.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976 [1970].
- FELTRAN, Gabriel S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM/Cebrap, 2011.
- FREHSE, Fraya. *A rua no Brasil em questão (etnográfica)*. Anuário Antropológico. Brasília: Tempo Brasileiro, vol. 2, nº 38, 2013.

¹¹ Ver também, além do artigo citado no parágrafo acima, Rui (7/2/2015).

- FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- FROMM, Deborah. *Deus e o Diabo na terra do crack: uma etnografia da “cosmopolítica” batista*. São Carlos: monografia de conclusão de curso, Ciências Sociais, UFSCar, 2014.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero/ SESC, 1995.
- FRÚGOLI JR., Heitor e SPAGGIARI, Enrico. *Da cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Ponto Urbe. São Paulo: NAU-USP, nº 6, 2010.
- GREGORI, Maria F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- GOMES, Bruno R. e ADORNO, Rubens C. F. *Tornar-se ‘noia’: trajetória e sofrimento social nos ‘usos de crack’ no centro de São Paulo*. Etnográfica. Lisboa: CRIA, vol. 15, nº 3, 2011.
- HIRATA, Daniel. « Commerce ambulante à Rio de Janeiro et à São Paulo : groupes de pouvoir et instruments de gouvernement contemporains ». Brésil(s). Paris: CRBC, nº 6, 2014.
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoir de l'horreur: essai sur l'abjection*. Paris: Editions du Seuil, 1980
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MELLO, Marco A. S. et. al. (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MIZIARA, Rosana. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.
- PASTERNAK, Suzana. *Favelas: políticas e práticas de intervenção em moradia precária em São Paulo, Brasil*. In: Fortuna. C. e Leite, Rogerio P. (orgs.). *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimônios*. Coimbra: Almedina/CES, 2013.
- PATERNIANI, Stella Z. *Política, fabulação e a Ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Campinas: dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, 2013.
- RUI, Taniele. *Cracolândia: o mundo de duas jovens*. El País (Brasil). São Paulo: 7/2/2015, http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/04/politica/1423078467_878290.html, acesso em: 15 jul. 2015.
- RUI, Taniele et al. “Braços Abertos’ e ‘Sufoco’: sobre a situação na ‘Cracolândia’”. Carta Maior. São Paulo: 11/2/2014, <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Bracos-Abertos-e-Sufoco-sobre-a-situacao-na-Cracolandia-/5/30235>, acesso em: 15 jul. 2015.
- SILVA, Carlos F. *Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes*. In: Cabanes, R. et al. (orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SPAGGIARI, Enrico et al. *Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz* in: Frúgoli Jr., H. (org.). *Dossiê Luz, São Paulo, Ponto Urbe*. São Paulo: NAU-USP, nº 11, 2012.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.